

## RESISTINDO AS ÁGUAS DA BARRAGEM CASTANHÃO: JAGUARIBARA (1985-2001)

Cristiê Gomes Moreira  
Graduado – Universidade Federal do Ceará  
e-mail: [cristiegm@yahoo.com.br](mailto:cristiegm@yahoo.com.br)

*‘a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar-nos sobre ele.’*

**Marc Bloch**

O caso de Jaguaribara é peculiar por se tratar de uma cidade que foi completamente transferida de local, para dar lugar à construção de um projeto hidráulico, na tentativa de resolver as necessidades de água do Estado do Ceará. Pegos de surpresa, os habitantes daquela pequena cidade do interior cearense, passaram por momentos de instabilidade e incertezas e tentaram impedir que as águas destruíssem, além de casas e bens culturais, destruíssem a própria identidade. Não sabendo qual seria seu destino, caso a barragem fosse de fato construída, a comunidade fundou, em 1989, a primeira Associação de Moradores e, em 1998, a Casa da Memória de Jaguaribara, em torno da qual os moradores passaram a articular novas formas de fazer política e de (re)pensar sua cultura e identidade.

Dessa forma, a arte, a música, o teatro, a poesia, a ‘história’, o vídeo, etc.; são partes indissociáveis, não só no processo de resistência à barragem, como também dão sentido de continuidade e auto-identificação à população enquanto cidadãos jaguaribenses que, diante de situação adversa, sentiram a necessidade de (re)afirmar laços de pertença a uma terra, de união e (re)criação de símbolos e mecanismos que dessem sentido à luta pela permanência a um *lugar*, que só pode ser compreendido com tal, na medida em que, a um espaço, é atribuído valores e sentidos. A continuidade neste lugar – Jaguaribara - é para o grupo não só um elemento de pertença, mas também de identificação, de reconhecimento e relação direta com sua estada no mundo. É a experiência do vivido que os fortalece. Experiência essa baseada no costume, nas redes

de solidariedade, no culto aos mortos, nas festas, na religiosidade, que fortalece os laços de pertença e identificação.

Buscamos compreender como, a partir da notícia da transferência da cidade (1985), passando pelo processo de construção do Açude Castanhão até o deslocamento total da cidade para outra área, a população gestou sua noção de identidade, cultura ‘jaguaribenses’ e que elementos “históricos” elegeram para se auto-representarem. Tentamos perceber que memória os habitantes de (Nova)Jaguaribara guardam desse processo e como, a partir dessa memória, (re)constroem uma identidade “jaguaribense”; assim como procuramos compreender como os mesmos resistem, participam, propõem e negociam a destruição da sua terra natal. Exemplo disso é a criação da Casa de Memória, que, semelhante a um museu, reúne objetos do cotidiano na tentativa de evocar um passado que ‘poderia’ ser vivido e recriado. Passado evocado com um intuito não só de resguardar uma memória comum aos habitantes da cidade, mas uma memória que legitimasse a luta contra a destruição de sua cidade.

A documentação utilizada na pesquisa é composta por jornais (O Povo, Diário do Nordeste), documentários e fotos catalogados pelo Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC)<sup>1</sup>, pela Associação dos Moradores de Jaguaribara e pela Casa de Memória desta cidade, bem como entrevistas já catalogadas e a serem realizadas com os moradores da cidade, entendendo que essa documentação nos levará a estabelecer um caminho na compreensão do processo pelo qual passou Jaguaribara, desde a primeira notícia sobre a barragem em 1985, até a mudança definitiva para Nova Jaguaribara em 2001.

A etapa final do deslocamento compulsório pelo qual passaram os habitantes de Jaguaribara terminou no dia 11 de setembro de 2001 com a demolição da Igreja Matriz de Santa Rosa de Lima, sob o olhar atento, porém triste, dos moradores. Talvez possamos dizer que essa igreja foi um dos maiores referenciais simbólicos da população. Mas, afinal, o que terá passado por suas mentes diante de tal cena? Casas demolidas, ruas devastadas, quarteirões arrasados, memórias ‘destruídas’. O que teriam sentido, pensado? Lembraram de suas festas, de seus antepassados? Rememoraram o

---

<sup>1</sup> IMOPEC - Instituto da Memória do Povo Cearense é uma ONG, que foi fundado em 1988 e acompanhou de perto todo o processo de negociação entre moradores de Jaguaribara e governo. Publicou livros, vídeos, fotografias e jornais sobre a destruição da cidade.

cotidiano da cidade? Ou teriam pensado nos 16 anos de luta que se desenrolaram até aquele fatídico dia? Talvez tenham pensado nisso e em muito mais...

O Governo usando toda sua retórica, alardeou, aos quatro cantos do Ceará, a magnitude de sua obra faraônica, respaldada pela ‘generosidade’ da população local em prol do tão sonhado ‘desenvolvimento’ do estado. Em pronunciamento do então governador do Ceará, Tasso Jereissati, quando do discurso proferido na antiga cidade de Jaguaribara sobre a mudança da mesma, afirmou:

(...) hoje é um dia alegre pra todos, alegria pra própria população de Jaguaribara, que num gesto muito importante, que num gesto acima de tudo cristão, abre mão dessa cidade, desse seu canto, desse seu lugar, do seu torrão natal, para que sejam beneficiados milhões de cearenses<sup>2</sup>.

Em propaganda diária – veiculação de propagandas televisivas, anúncios em jornais de grande circulação no estado, *outdoors*, ao longo das estradas estaduais e federais, por exemplo - o governo apresentou a mudança da cidade como um gesto generoso de uma população que aceitou ‘pacificamente’ a destruição de sua cidade. Discurso que favorece o esquecimento dos 16 anos de ação, criação e resistência dos moradores à saída da cidade. A fala de Jereissati é a tentativa de colocar em silêncio memórias de uma população que não concordou de imediato com o projeto do governo. A elaboração de discursos por ambas as partes – governo e moradores – foi feita na tentativa de convencer a opinião pública de respectivos projetos para Jaguaribara. Trabalhar com discurso proferido requer uma análise mais profunda, pois como lembra Sirio Possenti:

Falar... é agenciar todo um conjunto de regulações que fazem da linguagem uma forma de relação entre os membros da sociedade, que lhes impõem restrições e lhes cobra compromissos e conseqüência. Da mesma maneira, entender um enunciado ou uma série deles... é relacionar o enunciado dito com um contexto específico e tirar daí conseqüências tanto em relação ao sentido do enunciado proferido quanto em relação ao falante que se responsabiliza por sua enunciação. (apud Silveira 2000:114)

---

<sup>2</sup> Discurso proferido pelo então governador do Ceará, Tasso Jereissati, na antiga cidade, que encontra-se no vídeo gravado pelo IMOPEC – *Pelos caminhos da memória*.

O discurso proferido sobre os acontecimentos, obviamente, não pode ser apreendido como fidedigno, mas sim, como uma *interpretação* do real. É, pois, um ato *político* que se situa entre ser social e realidade.

Compreendemos que os sujeitos sociais – moradores e governo – colocam na ordem do dia, disputas acerca de representações sociais. Como coloca Chartier,

As lutas de representações tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo se impõe, ou tenta se impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. (1988: 17)

No entanto, a ‘resistência’ cotidiana empregada pelos cidadãos se fez com os meios que possuíam para empreender uma disputa pelo *lugar*<sup>3</sup>, onde instrumentos vários foram empregados nesse campo de disputas.

Em agosto de 1985, a cidade de Jaguaribara, antes esquecida no imenso sertão nordestino, acordou sob os holofotes da imprensa nacional devido ao anúncio do Governo Federal da construção da barragem Castanhão no Médio Vale Jaguaribe, para resolver, de uma vez por todas, as enchentes ao longo do rio, o problema da ‘seca’ no sertão cearense, o abastecimento de água em Fortaleza e a irrigação da Chapada do Apodi.

Os primeiros a saberem da notícia na cidade foram o então prefeito da cidade, Francisco Holanda Guedes, e a religiosa, membro da Congregação da Cordimarianas, irmã Bernadete. A notícia logo se espalhou pela cidade, causando um clima de desespero, insatisfação, tristeza, angústia, mas também de ‘resistência’. Mas resistir não significou apenas dizer: não sairemos!!! Significou muito mais...

O debate em torno da barragem se estendeu ao longo de 16 anos. O governo fez a defesa de seu projeto em nome da ‘modernização’ e ‘progresso’ do Ceará. Já os moradores questionaram a construção do Castanhão em sua cota máxima (cota 100), o que representava um volume de 6,7 bilhões de m<sup>3</sup> de água, três vezes maior do que o açude Orós. A defesa da população era pela construção do açude em uma cota menor do

---

<sup>3</sup> Ver TUAN: Y. F. *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel, 1983.

que a proposta feita pelo governo, que não necessitaria da destruição de Jaguaribara. Proposta que teve origem no próprio Departamento Nacional de Obras contra Secas (DNOCS) – Órgão Federal responsável pela elaboração do projeto Castanhão - e que, diante de tantas polêmicas, foi apropriado ao discurso da população.

Depois de um ano de apreensão e resistência empreendidas pelos moradores - com a participação em reuniões e assembléias com representantes do governo, bem como com a veiculação de discursos contrários à construção do açude pelos mesmos, apresentando propostas alternativas ao projeto do governo e questionando na imprensa local aspectos técnicos da construção hidráulica para o Ceará - o ministro da Irrigação Vicente Fialho declarou aos jornais *o fim da Barragem Castanhão* (Jornal O Povo 19/09/86). A notícia teve repercussão nos grandes jornais da imprensa cearense, que noticiaram o fim do projeto nos dois principais jornais do Estado do Ceará – O Povo e Diário do Nordeste – para os quais o Ministro da Irrigação concedeu entrevista:

O Estado do Ceará perde a oportunidade de irrigar 75.000 hectares que aumentariam a produção agrícola em 800 mil toneladas porque alguns municípios do Vale Jaguaribe não aceitam a construção da barragem do Castanhão. (O Povo, 19/09/86)

O debate sobre a barragem do Castanhão foi marcado desde os primeiros instantes, por divergências profundas e insanáveis. (Diário do Nordeste, 20/09/86)

No entanto, no mesmo ano de 1986 foi lançado o Edital de Concorrência Internacional para a elaboração do referido projeto. Os debates, realizados por meio de jornais de circulação no Estado e através de assembléias realizadas no Vale Jaguaribe, entre poder público e os moradores de Jaguaribara, acerca da obra, giraram em torno de aspectos técnicos, econômicos, ideológicos, sem nunca perder de vista a cidade. Essas discussões ganham visibilidade no período por meio da veiculação de informações sobre as disputas em torno da construção da barragem, evidenciadas em jornais como os mencionados acima.

O ‘discurso da seca’ no Norte e Nordeste do Brasil foi historicamente sendo reelaborado e atualizado para manter privilégios de uma elite que, ao longo dos anos,

perdeu prestígio econômico no país<sup>4</sup>. Sendo assim, a maneira como o poder público tratou a questão ao longo do tempo - com a elaboração de políticas públicas, em sua maioria ineficientes, privilegiando irrigação de áreas particulares - fez surgir na opinião pública e nos moradores de Jaguaribara, certo ar de descrédito em relação à construção do açude Castanhão e ao destino que seria dado aos habitantes da cidade que seria submersa. A água, recurso tão almejado por milhares de nordestinos – em que pese todo o poder simbólico que esta possui para os mesmos – aparecia para os jaguaribenses como um grande pesadelo a vir destruir sua cidade. O ponto central desse embate é a delicada situação desses habitantes que por vezes se sentiram ‘desinformados’ quanto ao processo de negociação.

O que nos preocupa Sr. Presidente, é que nos debates a que temos participado e nas conversas que temos tido com alguns técnicos em busca de esclarecimentos, as opiniões divergem em relação ao que o DNOS nos apresenta. O Conselho de Recursos Hídricos do Ceará pediu estudos mais profundos e apresentou alguns questionamentos ao Dr. Vicente Fialho e até hoje não sabemos o resultado desse documento.

Existem propostas alternativas já projetadas e estudadas pelo DNOCS para resolver o problema das inundações do baixo Vale. (...)

Diante do exposto, Sr. Presidente, a comunidade de Jaguaribara não pode cega e irresponsavelmente **aceitar o seu sacrifício** formando mais uma legião de retirantes sem rumo no Nordeste para dizer SIM ao projeto Jaguaribe - Apodi.

Adiantamos a V. Ex<sup>a</sup>. que o nosso **movimento de resistência** é responsável, pacífico, sem conotação político-partidária. O que nos inspira é o bem comum, a decisão responsável e o desejo de termos nosso espaço de participação e de diálogo nesse projeto.<sup>5</sup> (grifos nosso)

---

<sup>4</sup> Ver ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção do Nordeste. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero/CNPQ., v. 14, nº 28, p. 111-120, 1994.

<sup>5</sup> Carta entregue pela população de Jaguaribara ao então presidente da República Federativa do Brasil, José Sarney, em visita realizada em Juazeiro pelo mesmo. Jaguaribara, CE, 18 de maio, 1986.

A contraproposta, que os moradores se referem na carta, é a construção de várias barragens de pequeno porte ao longo do Rio Jaguaribe, o que resolveria o problema das enchentes e irrigação sem a necessidade da submersão de Jaguaribara<sup>6</sup>. As visitas feitas pelos moradores a outras regiões do Brasil atingidas por barragem – como é o caso da instalação da Barragem Sobradinho na Bahia que provocou a expulsão de 72.000 mil pessoas - deixou uma impressão muito negativa nos habitantes de Jaguaribara, pois se verificou, com as conversas com alguns moradores dessas áreas, que muitas pessoas não foram reassentadas e sequer receberam indenizações. O debate, instaurado pela via institucional, teve de um lado, o Estado com toda a sua máquina administrativa, e de outro, os moradores e a sociedade civil organizada – igreja, associação de moradores, ONGs.

Mas afinal, o que significou lutar pela cidade? A resistência à barragem Castanhão se deu apenas pela via político-institucional, de participações em assembléias com representante do governo e da sociedade civil para definir os planos para um futuro incerto, e pela inserção nos meios de comunicação para elaboração de discurso que ressaltava as falhas e erros do projeto? Que meios utilizaram nessas disputas, além dos já citados? O que revelam seus discursos além da obviedade do confronto legítimo e inevitável?

Como nos lembra Pierre Bourdieu, tantos são os seres humanos quanto é o poder capital que eles podem empregar em um campo de disputa. Sendo assim, podemos compreender a dimensão que o conflito assumiu para os cidadãos. O que estava em jogo era não só a submersão da cidade, mas, ver ir junto com as águas a própria ‘história’, ‘identidade’ e ‘cultura’. Para os jaguaribenses, contar a sua trajetória no tempo, seus costumes, seus heróis, sua cultura, passou a ser um passo primordial para a legitimação de sua luta, como também para evocar laços de pertença e solidariedade entre a comunidade, num momento de completa instabilidade. A memória começa a ser elencada para compor um passado que justifique as lutas do presente, pois, ‘o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e de grupo’ (POLLAK, 1989:10). Elencar uma memória, classificá-la, tentar monopolizá-la, definir o que é comum a um grupo e, respectivamente, o que o diferencia de outros,

---

<sup>6</sup> Proposta também defendida pelo Engenheiro Cássio Borges em seu livro *A Face oculta da barragem Castanhão: em defesa da engenharia nacional*. Fortaleza: IMOPEC, 1999.

alicerça sentimentos de pertença e barreiras sócio-culturais<sup>7</sup>. A canção de Jesus Jeso, habitante de Jaguaribara, chama atenção para o grande passado da cidade.

Amigo, você imaginou?  
Estão querendo destruir nossa cidade.  
Com a barragem Castanhão,  
Adeus Jaguaribara,  
Adeus meu coração.

**Sua origem é de grande passado.**

**É esquecida de toda nação.**

Hoje ela é lembrada  
Para ser alvo de destruição

Seus governantes não façam isso não,  
Ela é pequena, mas causa admiração.  
Ouça esse grande apelo,  
Que a comunidade pede de coração<sup>8</sup> (grifo nosso)

Mas que passado é esse, esquecido de toda nação, do qual fala Jeso? Que memória sobre passado ele lança mão a seus contemporâneos? O que precisaria ser lembrado?

As histórias locais transmitidas através das gerações e dos seus heróis eleitos, como Tristão Gonçalves de Alencar Araripe líder da Confederação do Equador, são mobilizadas durante a resistência contra o açude Castanhão, e constituíram-se em elementos que passaram a ser incorporados na (re)definição de uma identidade jaguaribense. A tentativa de preservar a identidade de grupo e seus limites geográficos, fez com que a cidade acordasse de sobressalto e evocasse memórias, que antes da notícia da barragem permaneciam em silêncio. Tristão Gonçalves, perseguido por tropas imperiais, foi morto em 1824 em terra jaguaribenses. No local em que foi encontrado morto, foi feito em 1984, pelo Instituto Histórico do Ceará, um monumento de três metros de altura em homenagem ao herói da república. A memória de Tristão foi

---

<sup>7</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, v.2, nº.3, 1989, p. 03-15.

<sup>8</sup> Poema encontrado no livro *Minha lembrança não para*. Fortaleza. s/Ed. s/d.

utilizada muitas vezes para justificar a não destruição da cidade. A discussão entre os moradores passou pelo crivo do que seria feito com o referido monumento com a construção do Açude Castanhão e a chegada das águas. Deixá-lo submerso significava - para os moradores - o silenciar de parte de sua história, bem como o apagar de uma memória primordial para eles, que estavam em luta no presente.

A busca pela preservação da cidade, fez com que os moradores procurassem o IPHAN<sup>9</sup> para patrimonializar o monumento erguido em homenagem a Tristão Gonçalves na tentativa de barrar de uma vez por todas o projeto hidráulico do Governo do Estado e de preservar um símbolo de sua história. Houve ainda iniciativas para construção, no mesmo local, antes de chegarem as águas, de um monumento que ultrapassasse o nível da água, '*ornamentando a lâmina imensa (de água) do Castanhão*', e até de uma construção de um monumento flutuante<sup>10</sup>.

Marcados que somos pelo medo do esquecimento, a sociedade contemporânea experimenta o aceleração do tempo ocasionado pelas transformações cotidianas, em razão da técnica, da fluidez das informações, o que nos faz empreender esforços na tarefa de recordar e preservar a memória. A não vivência cotidiana dessa memória requer instrumentos outros que nos possibilitem reconhecê-la, e como nos fala Nora:

A curiosidade pelos lugares de memória onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da **ruptura com o passado** se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua **encarnação. O sentimento de continuidade** torna-se residual aos locais. **Há locais de memória porque não há mais meios de memória.** (1993: 7) (grifo nosso)

O medo do esquecimento levou os jaguaribenses à luta para resguardar o monumento da destruição, pois isso também se configurava em estratégia *política*, na medida em que eles tornaram público, através da imprensa cearense (jornais O Povo, Diário do Nordeste, Tribuna do Ceará, Boletim Raízes, etc.), o apagar de suas

<sup>9</sup> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

<sup>10</sup> Ver SILVA, Francisco Isac da.. In: *Jaguaribara de Santa Rosa*. Fortaleza: IMOPEC, 1999.

memórias. Não podemos esquecer que a memória também se constitui em instrumento de disputas e poder, e que, tornar público a destruição do monumento, constituía-se em poder *capital* para empreender as disputas pelas quais estavam passando. A atuação, contudo, se efetuou também através da publicação de livros, cartilhas, poemas, peças e teatro, músicas, vídeos e exposições fotográficas. Em publicação do IMOPEC, intitulada *Jaguaribara de Santa Rosa*, um capítulo do livro, denominado ‘*Fato Histórico Marcante: a confederação do Equador*’ é dedicado a contar a história de Tristão Gonçalves e denunciar o descaso do governo com o monumento – segundo os moradores – de extremo valor histórico e cultural.

Até o momento, não houve nenhuma preocupação das autoridades governamentais no que diz respeito à **preservação do marco** de Tristão Gonçalves, que possivelmente desaparecerá coberto pelas águas do Castanhão. (...)

Como o marco de Tristão Gonçalves fica somente a três quilômetros da cidade de Jaguaribara, naturalmente as águas do Castanhão o cobrirão sem que se perceba seu **valor histórico e cultural**. (SILVA, 1999: 22-23) (grifo nosso)

Tal publicação, escrita por Francisco Isac da Silva – morador da cidade – buscava empreender a **escrita da história** de Jaguaribara. Na apresentação do livro, feita pela equipe do IMOPEC, é dado ao trabalho do autor certo ar de **investigação científica**, pois, ‘*Isac (...) fez anotações de suas lembranças pessoais, ouviu pacientemente pessoas idosas, consultou jornais, e livros antigos, num autêntico labor intelectual*. Mas como nos lembra Manuel Luiz Salgado:

O passado só pode emergir efetivamente como resultado, portanto, de uma relação que as diferentes sociedades estabelecem com o transcurso do tempo. Se esta relação é ela mesma histórica, o que significa afirmar diversa para cada sociedade no tempo, cabe a uma historiografia, como disciplina, investigar estas diferentes e diversas maneiras de constituição do passado, e neste sentido podemos pensá-la como integrando os estudos em torno da memória cultural (GUIMARÃES, 2003: 21)

Nesse sentido é criada, em 1998, por iniciativa do IMOPEC, com a colaboração de moradores da cidade, a Casa de Memória de Jaguaribara que, semelhante a um museu, passou a receber, através de uma campanha de arrecadação, objetos da população, os mais variados, para compor um projeto iconográfico na tentativa de delimitar a identidade sociocultural daqueles habitantes e para contar a sua história. A memória, desejosa em resgatar o passado, não se dá a ver somente em sua forma textual, mas também em outros lugares. Sendo assim, a Casa de Memória constituiu-se, - através da obtenção e exposição dos objetos, como também de trabalhos educativos com jovens e adultos da cidade, - num meio de produção de narrativas sobre a identidade e a história de Jaguaribara, em contraposição ao posicionamento do governo, marcado pelas noções de progresso e modernidade que via na construção de uma nova cidade a solução dos problemas ocasionados pela construção da barragem. Apropriar-se e monopolizar o passado, torna-se essencial para aqueles que estão em luta no presente, assim como *‘a organização das lembranças se articula igualmente com a vontade de denunciar aqueles aos quais se atribui a maior responsabilidade pelas afrontas sofridas...’* (POLLAK, 1989:7) Para irmã Bernadete, a casa de memória serviria para resguardar a memória da cidade contra o esquecimento. Mas, que critério foi escolhido para selecionar esses objetos? O que mereceria ser resguardado do esquecimento? Que objetos compuseram esse acervo?

Quando pensamos em Museus – e mais especificamente em Museus Históricos – o ato de selecionar, juntar e colocar em exposição trata-se, não só de escolhas pessoais, mas também de uma opção metodológica. Como nos lembra Manguel, *‘juntar objetos em um lugar específico representa a imposição de um sistema de categorias para esses objetos, que serão contaminados com significados predefinidos por aqueles responsáveis pelo ato de juntar.* (apud OLIVEIRA, 2009:20) Tais escolhas também estão associadas às instituições sociais as quais pertencem os mentores intelectuais responsáveis pela seleção dos objetos. No entanto, os sentidos atribuídos a esses objetos não compreendem somente quem os seleciona para pô-los em exposição, mas também por aqueles que efetuam as visitas a esses locais e, em primeiro lugar, por aqueles que se disponibilizaram pela doação dos mesmos. No caso de Jaguaribara, esse fato assume uma relevância ainda maior devido ao contexto pelo qual passava a cidade. Para os habitantes, o ano de 2001 marcou, segundo eles, o momento mais difícil e doloroso por

qual passaram. Momento de dar adeus ao lugar de origem e migrar para uma nova cidade: *Nova Jaguaribara*.

Portanto, a partir de 1985 (notícia da construção da barragem), e mais especificamente a partir de 1995 (começo da construção do Açude), a população começou a se articular e encontrar várias formas de atuação política em defesa de sua história, de sua cultura e de sua identidade; sendo a Associação dos Moradores e a Casa da Memória dois elementos-chave na (re)construção de uma “identidade jaguaribense” e na maneira através da qual os moradores se apropriaram de sua história.

## BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de, *Nos destinos de fronteira: história, espaço e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção do Nordeste. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero/CNPQ., v. 14, nº 28, p. 111-120, 1994.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de velho*. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CAVALCANTE, Antonio Sérgio Montenegro. *Nova Jaguaribara: De uma ação mitigadora a uma cidade planejada*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – UECE: Fortaleza, 2006.

\_\_\_\_\_. *O tempo vivo da memória*. SP: Ateliê editorial, 2003.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CHARTIER, ROGER. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (orgs). *Usos & abusos da História Oral*. 8ª Ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2006.

FREIRE, Edwilson Soares. Resistindo contra as águas: Jaguaribara/Ceará e suas memórias. *Estudos de História*. Franca, v.5, n.1, p. 155 – 168, 1998.

GINZBURG, Carlos. Introdução. In: *Relações de força: História, retórica, Prova*. Tradução: Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.p. 13 – 45.

GUIMARÃES, Manuel L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: o instituto histórico e geográfico brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p.5 – 27. 1998.

\_\_\_\_\_ A Cultura histórica oitocentista: a construção de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra j. (org.) *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 9-24.

HAESBART, R. *Des-territorialização e identidade*. Niterói: EdUFF, 1997.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBSBAWM, Eric. A invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HONÓRIO, Erotilde. *O Despertar da Memória: As narrativas dos excluídos da terra na construção do Açude Orós*. Fortaleza. S/Ed. S/D.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória Coletiva & Teoria Social*. São Paulo: Annablume, 2003.

SILVA, Francisco Isac da. Jaguaribara de Santa Rosa. Fortaleza: IMOPEC, 1999

MAIA JUNIOR, Edmilson Alves. *Memórias de luta: ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza 1962-1969)*. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

MATOS, Aureliano da Costa; VILLEGAS, Jaime Marin. *Reassentamentos involuntários: a experiência do IICA em Itaparica, no Nordeste do Brasil*, 1994.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 6ª Ed. São Paulo: Contexto, 2007.

NASCIMENTO, Maria Anezilany Gomes do. “*Nem parece o tempo que vocês jogavam biriba na calçada*”: o lugar em Nova Jaguaribara. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – UECE: Fortaleza, 2003.

NORA, Pierre. Entre História e Memória. A problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC, 1993, p. 7-28.

OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. *Juntar, Separar, Mostrar: memória e escrita da história do Museu do Ceará (1936-1976)*. Fortaleza: Museu do Ceará: Secult, 2009.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, v.2, nº.3, p. 03-15, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, v.5, nº.10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado das memórias e nas fontes orais. *Tempo*. Rio de Janeiro, UFRJ, v.1, n.º2, 1996: 59- 72.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. Com quantos esquecimentos se faz uma memória? Anotações sobre a invenção da lembrança em praça pública. *Revista Aspectos*. Fortaleza: Secult, p. 53-66, 2006.

\_\_\_\_\_. Esquecer para lembrar, lembrar para esquecer. In: *Os monumentos do Estado do Ceará*. Referência histórico-descritiva. 2ª. Ed. Fortaleza: Secult, p. 07-23, 2006. (Outras Histórias, v.36)

RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Tradução: Alain François [et al.] Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória Coletiva & Teoria Social*. São Paulo: Annablume, 2003.

SECRETO, Ana Laura Gamboggi. *Poética y Política del Desarrollo: recreando historia em El sertão de Ceará*. Dissertação. (Mestrado em Ciências Antropológicas) – Universidad Autónoma Metropolitana: México, 2004.

SILVA, Francisco Isac da.. In: *Jaguaribara de Santa Rosa*. Fortaleza: IMOPEC, 1999.

SILVA, Vicente de Paulo da. *Destruição e reconstrução simbólica em tempos de modernização*. Dissertação. (Mestrado em Geografia Humana) - USP: São Paulo, 1995.

SILVEIRA, Edvanir Maia de. *Naufração de uma cidade: história da resistência da população da cidade de Jaguaribara à sua submersão pela construção da barragem Castanhão*. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho: Franca – SP: 2000.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TUAN: Y. F. *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel, 1983.

YATES, Frances Amelia. *A Arte da Memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.